



Ao

Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Ilustríssimos Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO - PLANEJAMENTO SIAD: Nº 373/2021 - PROCESSO SEI: Nº 19.16.3900.0104583/2021-08 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ENTREGA DE NR 17

FK GRUPO S.A., sediada à Avenida das Indústrias, nº 337 - Centro - CEP 17.250-000, Bariri-SP, inscrita no CNPJ sob nº 55.088.157/0001-02 e Inscrição Estadual nº 201.021.680, por seu representante legal, Sr. André José Trovarelli Lagos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 1.787.530 SSP/PE, CPF n. 131.024.078-70, residente e domiciliado na Rua Zahia Farah Chidid, n. 57, Bariri-SP, vem, respeitosamente, expor e requerer o que segue:

O Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O *caput* do artigo 47 do Decreto acima referido permite o saneamento de erros ou falhas no julgamento da habilitação e das propostas, desde que tais erros ou falhas não tenham potencial para alterar a substância das propostas, vejamos:

“Quando impresso, este documento torna-se uma CÓPIA NÃO CONTROLADA. Salvo com as devidas assinaturas”

ELABORADO POR

THAIS MAIARA CORADINI GUILHEM

APROVADO POR

EVANDRO LUIZ ZEBINI

DATA APROVAÇÃO

23/11/20



Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Na transcrição acima, o termo **poderá** significa que o pregoeiro tem o dever de sanar erros ou falhas quando tal providência favorecer o interesse público para ampliar a disputa, pois as normas deverão sempre ser interpretadas em favor ampliação da disputa entre os interessados do certame.

Nesse sentido o parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto nº 3.555/2000 que regula a modalidade de licitação denominada pregão e é subsidiariamente aplicável ao pregão eletrônico, muito bem se amolda ao caso, vejamos:

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. **As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.**

Nesse esteio, o E. Tribunal de Contas da União decidiu recentemente que, caso haja equívoco ou falha por parte do licitante acerca da juntada de documento que ateste condição preexistente, cabe ao Pregoeiro, realizar diligência nos termos do artigo

“Quando impresso, este documento torna-se uma CÓPIA NÃO CONTROLADA. Salvo com as devidas assinaturas”

ELABORADO POR

THAIS MAIARA CORADINI GUILHEM

APROVADO POR

EVANDRO LUIZ ZEBINI

DATA APROVAÇÃO

23/11/20

43, § 3º, da Lei 8.666/1993, e do art. 64 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), e promover o saneamento da documentação:

Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (Destacamos). (TCU – Acórdão 1211/2021, Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, julgado em 26/05/2021)

Na opinião do Ministro Relator do acórdão acima transcrito, Exmo. Dr. Walton Alencar Rodrigues, **a desclassificação de licitante, sem que lhe seja conferida a oportunidade para sanar falhas em seus documentos de habilitação e/ou proposta, configura objetivo dissociado do interesse público.**

Como se não bastasse, os seguintes acórdãos de nºs **3.418/2014-Plenário, 3.615/2013-Plenário e TCU nº 1.795/2015-Plenário** proferidos pela mesma Corte de Contas da União, abrigam entendimento consonante ao da decisão acima transcrita.

“Quando impresso, este documento torna-se uma CÓPIA NÃO CONTROLADA. Salvo com as devidas assinaturas”



Ainda, o E. Supremo Tribunal Federal comunga do mesmo entendimento:

Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo da proposta, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa. (STF - RMS 23.714/DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. em 05.09.2000, publicado no DJ de 13.10.2000, p. 21)

Também, no mesmo caminho, o Edital do presente Pregão Eletrônico estabelece, no subitem 17.7, a possibilidade, por parte do pregoeiro, de saneamento de eventuais erros ou falhas na proposta apresentada pelo Licitante:

- 17.7. O Pregoeiro, atendendo ao interesse público, poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 14.184/02.

Nesse sentido, a empresa Requerente, potencial licitante, aproveita a oportunidade para realizar **a juntada da NR-17 atual, bem como da proposta de adequação dos seus laudos para a nova NR-17 que já havia sido formalizada no dia 15.12.2021, ou seja, antes da realização do presente certame.**

“Quando impresso, este documento torna-se uma CÓPIA NÃO CONTROLADA. Salvo com as devidas assinaturas”

ELABORADO POR

THAIS MAIARA CORADINI GUILHEM

APROVADO POR

EVANDRO LUIZ ZEBINI

DATA APROVAÇÃO

23/11/20



Deve ficar registrado que a juntada dos referidos documentos, nesse momento, tem pleno amparo legal e, absolutamente, não produz qualquer prejuízo para a Administração ou para os demais concorrentes, pois não altera a essência da proposta.

Desse modo, com fundamento no art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, na jurisprudência administrativa vigente e no subitem 17.7 do Edital, respeitosamente, **REQUER a juntada da NR-17 atual, bem como, da proposta de adequação dos seus laudos para a respectiva NR-17 que, inclusive, sua confecção é preexistente a realização do presente certame.**

Termos que,

Pede deferimento.

Bariri-SP, 15 de fevereiro de 2022.

55.088.157/0001-02
FK GRUPO S/A
AV. DAS INDÚSTRIAS, 337
CENTRO - CEP 17.250-000
BARIRI-SP

André José Trovarelli Lagos
Diretor Administrativo
FK Grupo S.A

“Quando impresso, este documento torna-se uma CÓPIA NÃO CONTROLADA. Salvo com as devidas assinaturas”

ELABORADO POR

THAIS MAIARA CORADINI GUILHEM

APROVADO POR

EVANDRO LUIZ ZEBINI

DATA APROVAÇÃO

23/11/20